

2024



CENTRO DE EDUCAÇÃO
INFANTIL
HIPÓLITA TERESA ERANCI

**[PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO]**

[PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO]

Instrumento que reflete a proposta educacional do CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL HIPÓLITA TERESA ERANCI, expressando o planejamento do trabalho coletivo da comunidade escolar, cujas responsabilidades, pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos.

***É na Educação Infantil que cada
pequena descoberta se torna um
grande aprendizado.***

Silvia Maria Scartazzini

Sumário

1. Apresentação	6
2. Dados da Unidade Escolar	6
3. Histórico	6
4. Missão	7
5. Diagnóstico	7
5.1. Forças	7
5.2. Fraquezas	7
5.3. Oportunidades	7
5.4. Ameaças	8
5.5. Resultados Finais do Ano Anterior	8
6. Objetivos	8
6.1. Objetivo Geral	8
6.2. Objetivos Específicos	8
7. Princípios Legais e Norteadores da Educação Básica	9
7.1. Princípios Legais	9
7.2. Princípios Epistemológicos	10
7.3. Princípios didático-pedagógicos	10
7.4. Princípios Éticos	11
7.5. Princípios Estéticos	11
8. Estrutura e Funcionamento da Instituição	12
8.1. Organização Administrativa e Pedagógica	12
8.2. Espaço Físico, instalações e equipamentos	12
8.3. Organização das turmas e Participação Discente	13
8.3.1. Educação Infantil	13
8.3.2. AEE – Atendimento Educacional Especializado	13
8.3.3. Regimento Escolar	14
8.3.4. Conselho de Classe	14
8.4. Recursos humanos	15
8.4.1. Gestão Administrativa e Pedagógica	15
8.4.2. Docentes	15
8.4.3. Assistente de Desenvolvimento Infantil (Monitores)	16
8.4.4. Auxiliares Administrativos e de Serviços Gerais	16
9. Organização Curricular	17
9.1. Educação Infantil	17
9.2. Orientações Metodológicas e Intervenção Pedagógica	19

10.	Projetos Pedagógicos.....	22
	10.2 Projetos Municipais Facultativos.....	28
	10.3 Projetos da Instituição.....	28
	10.4. Temas Transversais	32
11.	Avaliação.....	33
	11.1. Critérios de Avaliação.....	33
	11.1.1. Educação Infantil	33
	11.1.2. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva ..	34
12.	Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição	36
13.	Referências Bibliográficas	39
14.	Ata de Aprovação	40
15.	Anexos	42
	Relatório de Análise do Projeto Político Pedagógico	43

1. Apresentação

Reconhecendo a importância das experiências vivenciadas na primeira infância e acreditando ser a educação um direito da criança, o Centro de Educação Infantil Hipólita Teresa Eranci formulou seu Projeto Político voltado para o atendimento das necessidades básicas de educação, afeto e socialização, numa ação complementar à educação familiar e da comunidade. Decidimos por uma fundamentação pedagógica que permita acompanhar a criança em seu desenvolvimento considerando suas particularidades e ao mesmo tempo oferecendo suporte afetivo e educativo.

As atividades são programadas de forma a inserir no cotidiano escolar os pressupostos da Educação Especial, Educação para relações étnico-raciais e Educação Ambiental.

2. Dados da Unidade Escolar

Nome:		
Centro de Educação Infantil Hipólita Teresa Eranci		
Endereço:		
Avenida F Quadra 02 Lote 03 Bairro Vila Andrade CEP 73850-000		
Endereço Eletrônico:		
ceihipolita@cristalina.go.gov.br		
Localização:		
Zona urbana		
CNPJ:	Código INEP:	Forma de Manutenção:
01.797.430/0005-72	52093697	Convênio
Lei de Criação:		
Lei Municipal nº 2.192 de outubro de 2013		
Ato Autorizativo em Vigor:		
Ren. de Aut. de Func. Res. CME nº 119/2022, vigente até 30/11/2025.		
Níveis e Modalidades Ofertados:		
Educação Infantil – Creche e Pré-Escola Educação Especial		
Turnos/Horário de Funcionamento Pedagógico:		
Matutino – 7:30 às 11:30 horas Vespertino – 13 às 17 horas Integral – 7:30 às 17 horas		

3. Histórico

A entidade Hipólita Teresa Eranci nasceu do idealismo de uma missionária italiana Amália Pasin, que veio trabalhar no Brasil a convite do padre José Borsato. Devido a sua experiência de vida e a alegria de servir os mais necessitados em 16 de julho de 2002, ela começou a construção de uma creche no Bairro Sul Novo, desejo este que surgiu da necessidade de acolher e amparar crianças carentes do Bairro Henrique Côrtes, próximo ao local, devido aos altos índices de maus tratos, abortos e criminalidade. A obra foi concluída em outubro do ano de 2004, com a ajuda de doações de pessoas da Comunidade e do Estado. O Centro de Educação Infantil Hipólita Teresa Eranci conta com 180 m² de área pronta para

a acolhida das crianças de 0 a 4 anos. Com área total de 1800 m totalmente cercada, com parquinho cercado e área de lazer.

Em fevereiro do ano de 2005 deu-se início aos trabalhos pedagógicos do Centro de Educação Infantil Hipólita Teresa Eranci, nomeando Sirlene Grisotto como Coordenadora Geral, sua gestão durou até dezembro/2010 com aproximadamente 150 crianças atendidas. No ano de 2011 assumiu a coordenação do Centro de Educação Infantil Teresa Hipólita Eranci, Telma Inácio de Sousa que contava com 170 crianças matriculadas. No ano de 2015 houve o fechamento da mesma devido a construção e inauguração do CMEI Tia Célia onde todas as crianças, funcionários e coordenação foram transferidos. Devido à grande demanda de crianças sem atendimento, no ano de 2017 o Pároco Padre Geraldo da Silva Bueno, juntamente com a secretária de educação municipal Nilda Gonzatti optaram em reabrir novamente o Centro de Educação Infantil Hipólita Teresa Eranci nomeando Andréia Antunes do Amaral como Coordenadora Geral, que no qual reiniciou os trabalhos atendendo 150 crianças e atualmente atende 92 crianças.

4. Missão

O CEI Hipólita Teresa Eranci tem como missão propiciar às crianças o cuidar/educar em situações prazerosas de descobertas e aprendizagem, com atenção ao desenvolvimento integral, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social para contribuir na formação de pessoas cidadãos, conscientes de seus direitos e deveres. Suas ações se pautarão na importância do brincar que é um componente de suma importância na formação do cidadão de direitos.

Precisamos educar para que as pessoas vivam bem, o que supõe ir além da transmissão de conhecimentos, requer a tomada de novas iniciativas educacionais. Buscar soluções para os desafios diários, incentivar os bons hábitos, cuidar amorosamente de cada criança. Criar um local agradável e feliz para que possamos construir conhecimentos sistematizados com nossas crianças. A discussão de valores e atitudes também fazem parte do processo pedagógico, já que tratamos a criança como um ser pensante e construtor de sua história, contribuindo com uma formação educacional integral, proporcionando as bases iniciais para a caminhada escolar e de vida das crianças atendidas.

5. Diagnóstico

5.1. Forças

- Equipe unida.
- Interesse dos funcionários em participar das atividades e questões relacionadas ao funcionamento do CEI.
- Gestão pensando em melhorias para todos os segmentos.

5.2. Fraquezas

O CEI Hipólita Teresa Eranci é composto de crianças com diferentes histórias de vida e famílias de classe baixa, onde a maioria dos pais trabalham fora. Por vários motivos os pais não são presentes no dia a dia de seus filhos, tornando difícil o seu desenvolvimento no processo ensino aprendizagem.

Com essa desestrutura familiar observada em nossa comunidade escolar, como baixa renda, pais separados, drogas, alcoolismo, etc. Se faz necessário que toda a equipe escolar trabalhe de forma conjunta a fim de melhorar a qualidade de vida de seus educandos.

5.3. Oportunidades

- Assessoramento por parte da SME;
- Cursos oferecidos pela Secretaria de Educação;

- Parcerias com alguns segmentos da sociedade;
- Participação em Programas de treinamento e formação Alfa Mais Goiás;
- Entrega de Kits escolares;
- Festividades com a participação da comunidade.

5.4. Ameaças

- Má compreensão da definição de Educação Infantil pela comunidade;
- Pressão por vagas;
- Vulnerabilidade econômica e social das famílias.

5.5. Resultados Finais do Ano Anterior

Série	Matrícula Inicial	Transf.	Evadidos	Matrícula Final
Agrup. 6 meses	03	01	-	02
Agrup. 1 ano	18	01	-	17
Agrup. 2 anos	20	02	-	18
Agrup. 3 anos	31	04	-	27
Agrup. 4 anos	35	04	03	28

Fonte Ata de Resultado Final 2023

6. Objetivos

6.1. Objetivo Geral

O Projeto Político Pedagógico do CEI Hipólita Teresa Eranci tem por objetivo reunir e explicitar os princípios norteadores da Instituição e os fundamentos que balizam a conduta dos que nela trabalham.

A sistematização deste documento tem fundamental importância pra garantir a coerência entre todas as áreas da Instituição, de modo que atuem com base nas mesmas diretrizes filosóficas pedagógicas e administrativas.

Por ser um documento de gestão democrática, será objeto de permanente reflexão coletiva no que se refere aos princípios e valores que fundamentam as finalidades da instituição; à sua estrutura organizacional e instâncias de decisão; às relações entre a comunidade escolar; à organização administrativa e pedagógica; os conteúdos curriculares; os procedimentos didáticos; às estratégias de avaliação e as atividades culturais.

6.2. Objetivos Específicos

A prática da educação infantil deve se organizar de modo que as crianças desenvolvam as seguintes capacidades:

- Favorecer a aprendizagem e elaboração do conhecimento a partir da vivência do educando.
- Instigar a criança para a busca constante do saber.
- Desenvolver as habilidades motora, corporal, matemática, musical e de linguagem.
- Desenvolver através da ludicidade, conceitos e habilidades.
- Despertar a autonomia, a criatividade, a cidadania e a solidariedade.

- Incentivar bons hábitos de higiene e de saúde, de respeito a si mesmo, ao outro, ao meio ambiente.
- Assegurar o direito de cada criança de inserção na vida social, valorizando suas diferenças e potencialidades, bem como suas necessidades educacionais especiais, no processo de ensino aprendizagem.

7. Princípios Legais e Norteadores da Educação Básica

7.1. Princípios Legais

Dentre os documentos norteadores legais da Educação Básica estão a Lei nº9.394/96, que estabelece atuais princípios e fins da educação brasileira definidos no título II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, nos artigos 2º e 3º. O artigo 2º afirma que “a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Já, o artigo 3º reafirma o disposto no artigo 206 da CF, estabelecendo que o ensino será ministrado nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A Resolução CME nº 30/2023, que regulamenta o ensino fundamental de 9 anos, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. O objetivo é assegurar a todas as crianças um tempo maior de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem com mais qualidade.

Normas foram estabelecidas pela Lei nº 12.796/2013, essa lei modifica a Lei de Diretrizes e Bases, tornando obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade, Resolução CME Nº 63/2018. As redes municipais e estaduais de ensino têm até 2016 para se adequar e acolher alunos de 4 a 17 anos. O fornecimento de transporte, alimentação e material didático também será estendido a todas as etapas da educação básica. O atendimento à criança deve ser, no mínimo, de quatro horas diárias para o turno parcial e de sete para a jornada integral.

As alterações na Lei de Diretrizes e Bases também englobam educação especial como a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Garantindo preferencialmente a ampliação do atendimento aos educandos na própria rede pública.

Houve ainda a inclusão, na Lei de Diretrizes e Bases, de dispositivo segundo o qual o ensino será ministrado, entre outros itens, em consideração com a diversidade étnico-racial.

Por fim, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, norteia as relações de direitos vivenciadas pelos estudantes nas instituições escolares entre outros espaços e grupos de convívio.

7.2. Princípios Epistemológicos

As essências das ações educacionais serão pautadas na finalidade de assegurar o direito do aluno em obter um espaço propiciador para o seu desenvolvimento, fundamentado num projeto pedagógico, delimitador dos pressupostos teóricos condutores da dinâmica da instituição. Neste pressuposto a educação assume contornos que privilegiam o educando, suas vivências, seus valores e normas de agir, tendo visão de homem centrada na experiência, na vida e na atividade.

A educação deve ser essencialmente lúdica, prazerosa, fundada nas mais variadas experiências e no prazer de descobrir a vida, colocando os alunos em contato com uma variedade de estímulos e experiências que propiciem a eles seu desenvolvimento integral. Essas ações são desenvolvidas e fundamentadas numa concepção interdisciplinar e totalizadora. As ações desenvolvidas devem fundamentar-se nos princípios de:

- 1) Educação ativa e relacionada com os interesses, necessidades e potencialidades do aluno;
- 2) Ênfase na aprendizagem através da resolução de problemas;
- 3) Ação educativa ligada à vida e não entendida como preparação para a vida;
- 4) Incentivo da solidariedade e não da concorrência.

Em síntese, a ação educativa da instituição de educação fundamental deve interpretar os interesses imediatos dos alunos e os saberes já construídos por eles, além de buscar ampliar o ambiente simbólico a que estão sujeitos, bem como comprometer-se em garantir o direito de estudante a que têm. Tomar parte no processo de educação para cidadania que envolve a formação de atitudes de solidariedade para com os outros; implica fazer gestos de cortesia, preservar o coletivo, responsabilizar-se pelas próprias ações e discutir aspectos éticos envolvidos em determinada situação.

Levando-se em conta as atuais concepções sobre a proposta de educação inclusiva esta deve ser aplicada a todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Nesta concepção a escola deve promover transformações que levem à inclusão social, preparando o educando com necessidades educacionais especiais, do ponto de vista cognitivo, com atendimentos pedagógicos específicos adaptados, a fim de permitir o desenvolvimento do aluno no sentido de que esse possa adquirir consciência do valor da escola para a sua formação, o convívio social, desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetivas, física, cognitiva, ética, estética de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania.

7.3. Princípios didático-pedagógicos

A questão pedagógica é tratada pensando que, se a Educação Infantil é parte integrante da Educação Básica, como diz a Lei nº 9.394/96 em seu artigo 22, cujas finalidades são desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, essas finalidades devem ser adequadamente interpretadas em relação às crianças pequenas. Nessa interpretação, as formas como as crianças, nesse momento de suas vidas, vivenciam o mundo, constroem conhecimentos, expressam-se, interagem e manifestam desejos e curiosidades de modo bastante peculiares, devem servir de referência e de fonte de decisões em relação aos fins educacionais, aos métodos de trabalho, à gestão da instituição e à relação com as famílias.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Dessa forma, a instituição, como a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza”.

É imprescindível destacar que as competências gerais da BNCC interrelacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores. Essas competências gerais são:

COMPETÊNCIAS GERAIS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

7.4. Princípios Éticos

O princípio Ético propõe uma educação baseada na justiça, solidariedade, liberdade, autonomia, de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

7.5. Princípios Estéticos

O princípio Estético propõe o cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidade plurais e solitárias.

8. Estrutura e Funcionamento da Instituição

8.1. Organização Administrativa e Pedagógica

A instituição apresenta como organograma de organização administrativa:



8.2. Espaço Físico, instalações e equipamentos

Dependências	Quantidade	Condições de Utilização	
		Adequado	Inadequado
Diretoria	01	X	
Secretaria			
Sala de professores			
Sala de coordenação pedagógica	01	X	
Sala de leitura ou biblioteca			
Sala de TV e vídeo	01	X	
Sala de informática			
Sala de Recursos/AEE			
Sala de ciências / laboratório			
Auditório			
Sala de aula	04	X	
Almoxarifado			
Depósito de material de limpeza	01	X	
Dispensa	01	X	
Refeitório	01	X	

Pátio coberto			
Quadra de esportes descoberta			
Quadra de esportes coberta			
Cozinha	01	X	
Sanitário dos funcionários	02	X	
Sanitário dos alunos	02	X	
Sanitário adaptados para crianças e/ou deficientes.			
Rampas	01	X	
Corrimão	01	X	

8.3. Organização das turmas e Participação Discente

8.3.1. Educação Infantil

Período Matutino				Período Vespertino				Período Integral			
Agrupamento	Turma	Nº alunos	Sala m ²	Agrupamento	Turma	Nº alunos	Sala m ²	Agrupamento	Turma	Nº alunos	Sala m ²
6 meses	-	-	-	6 meses	-	-	-	6 meses	Berçário Mult.	06	-
1 ano	-	-	-	1 ano	-	-	-	1 ano	Berçário Mult.	13	16
2 anos	-	-	-	2 anos	-	-	-	2 anos	Agrup. 2 anos	24	20
3 anos	-	-	-	3 anos	-	-	-	3 anos	Agrup. 3 anos	25	16
4 anos	Única	25	20	4 anos	-	-	-	4 anos	-	-	-
TOTAL DISCENTE		25		TOTAL DISCENTE				TOTAL DISCENTE	-	68	

FONTE: Livro de Registro de Matrículas 2024

8.3.2. AEE – Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) atende o público-alvo da Educação Especial na instituição, que são as crianças com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação. É um serviço de apoio à sala de aula comum, para que se ofereça meios e modos que efetive o real aprendizado dos estudantes. O AEE é realizado em uma sala de recursos multifuncionais (SRM). Em nossa instituição não temos SRM e quando tivemos criança que necessitava de atendimento especializado a mesma fez esse atendimento na APAE.

O AEE ocorre em períodos específicos por semana, no contra turno. Em outros momentos, o profissional também realiza um diálogo constante com professores e estudantes.

Não é um reforço e nem uma sala em separado. O AEE é um serviço desenvolvido por um profissional especializado que, em parceria com o educador da turma, verifica as barreiras para a aprendizagem e escolhe ambientes e formas de trabalho adequadas para cada estudante.

8.3.3. Regimento Escolar

O regimento escolar é um conjunto de regras que definem a organização administrativa, didática, pedagógica, disciplinar da instituição, estabelecendo normas que deverão ser seguidas, como, por exemplo, os direitos e deveres de todos que convivem no ambiente. Define os objetivos da escola, os níveis de ensino que oferece e como ela opera. Dividindo as responsabilidades e atribuições de cada pessoa, evitando assim, que o gestor concentre todas as ordens, todo o trabalho em suas mãos, determinando o que cada um deve fazer e como deve fazer.

O Regimento é uma reflexão que a escola tem sobre si mesma, baseado em princípios democráticos, de acordo com a legislação e a ordem que é aplicada no país, estado e município.

A Resolução nº 92 de 28 de agosto de 2019 do Conselho Municipal de Educação valida o Regimento Escolar da instituição no âmbito da Rede Municipal de Educação e em conformidade com o Regimento Escolar Único da Rede Municipal de Educação.

8.3.4. Conselho de Classe

O Conselho de Classe é uma oportunidade de reunir os professores com o objetivo de refletir sobre a aprendizagem dos alunos e o processo de ensino. Seu objetivo é favorecer uma avaliação mais completa do estudante e do próprio trabalho docente, proporcionando um espaço de reflexão sobre o trabalho que está sendo realizado e possibilitando a tomada de decisão para um novo fazer pedagógico, favorecendo mudanças para estratégias mais adequadas à aprendizagem de cada turma e/ou aluno.

No Conselho de Classe, mais do que decidir se os alunos serão aprovados ou não, objetiva-se encontrar os pontos de dificuldade tanto dos alunos quanto da própria instituição de ensino na figura de seus professores e organização escolar. Nele deve haver uma discussão coletiva onde serão apontadas dificuldades de alunos, professores e da instituição de ensino, a fim de buscar melhorias para o processo ensino-aprendizagem. Ele é um espaço democrático de construção de alternativas para o desenvolvimento da instituição de ensino e das estratégias para o atendimento aos que nela estudam.

A equipe pedagógica deve ter em mente os alvos educacionais a serem desenvolvidos e avaliados no processo de aprendizagem dos alunos. Esses alvos devem abranger atitudes de participação, respeito e responsabilidade; construção de conhecimento e apreensão de conteúdos e conceitos; e formação do caráter e da cidadania. Nesta prática avaliativa, cada aluno deve ser visto individualmente, em suas singularidades de comportamentos, aprendizagens e histórias particulares.

O Conselho de Classe, para cumprir sua função, exige dos professores um olhar cotidiano detalhado sobre cada indivíduo para que, durante a reunião, possam contar, explicar, lembrar e definir, a partir daquilo que observaram e obtiveram como informação sobre a aprendizagem, o desenvolvimento e a história de vida de cada aluno, assim como o tipo de progressão adequada para cada um deles.

É necessário que enquanto os alunos têm seu desenvolvimento avaliado, os professores também reflitam sobre a necessidade de reformular as práticas educativas a fim de levar sugestões para somar às reflexões que serão realizadas durante o Conselho de Classe. O processo dessa participação estudantil no conselho começa com os representantes de classe reunindo as opiniões sobre a postura de cada professor com a sala e da dinâmica de seu trabalho. Após o levantamento do que gostariam que fosse mantido e do que é passível de melhora, acontece o pré-conselho. Nele, representantes de sala se reúnem com a equipe gestora para relatar as dificuldades da turma com cada professor, apontar as melhores desde as considerações do último conselho e também apontar os alunos que precisam de mais atenção.

É importante salientar que para que o Conselho de Classe seja contabilizado como dia de efetivo trabalho escolar, integrantes dos dias letivos, devem obrigatoriamente seguir o que preconiza a Resolução CME nº 04 de 27/02/2020, no que concerne ao art. 5º, inciso I, onde lemos: As atividades escolares que compõem o dia de efetivo trabalho escolar se caracterizarão por toda e qualquer programação incluída no Projeto Pedagógico da escola, sempre com frequência exigível dos discentes, independente do quantitativo e efetiva orientação, presença e participação de professores habilitados.

8.4. Recursos humanos

8.4.1. Gestão Administrativa e Pedagógica

Função	Nome	Formação Nível/área	Situação Funcional
Diretor	Andréia Antunes do Amaral	Superior/ Pedagogia	Efetivo
Coord. Pedagógico Matutino	Regiane Alves Ribeiro	Superior/ Pedagogia	Efetivo
Coord. Pedagógico Vespertino			

FONTE: Modulação 2024

8.4.2. Docentes

Nome	Formação Inicial /área	Atuação: Série/ turno	Situação Funcional
Adriana Antunes do Amaral	Licenciatura/ Pedagogia	Professor Agrup. 3 anos / matutino	Efetivo
Ariana Antunes do Amaral Brust	Licenciatura/ Pedagogia	Professor Agrup. 3 anos / vespertino	Efetivo
Deliane Aparecida da Silva Lima	Licenciatura/ Pedagogia	Professor Agrup. 4 anos / matutino	Efetivo
Elizângela José de Brito Santos	Licenciatura/ Pedagogia	Professor Agrup. 2 anos /vespertino	Efetivo
Grette Rosa Silva	Licenciatura/ Pedagogia	Professor Agrup. Berçário Multi. 0 e 1 ano/matutino	Efetivo
Neidimar Alves Carneiro	Licenciatura/ Pedagogia	Professor Agrup. Berçário Multi. 0 e 1 ano/vespertino	Efetivo/Licença Tratamento Saúde
Nélia Pereira de Moraes	Licenciatura/ Pedagogia	Professor Agrup. 2 anos / matutino	Efetivo
Janaina José de Oliveira Santos	Licenciatura/ Pedagogia	Professor Agrup. Berçário Multi. 0 e 1 ano/vespertino	Temporário

FONTE: Modulação 2024

8.4.3. Assistente de Desenvolvimento Infantil (Monitores)

Nome	Formação Inicial /área	Atuação: Série/ turno	Situação Funcional
Thawany Evelyn Rodrigues Silva	Cursando Licenciatura/Pedagogia	Assistente de Desenvolvimento Infantil Agrup. 2 anos/Matutino	Estagiário IEL
Isabele Santos Pereira	Cursando Ensino Médio	Assistente de Desenvolvimento Infantil Agrup. 2 anos/Vespertino	Estagiário IEL
Renata Monteiro	Cursando Licenciatura/Pedagogia	Assistente de Desenvolvimento Infantil Agrup. 3 anos/Matutino	Estagiário IEL
Laiane Cruz da Rosa	Cursando Licenciatura/Pedagogia	Assistente de Desenvolvimento Infantil Agrup. Berçário Multi. 0 e 1 ano/Matutino	Estagiário IEL
Flávia Alessandra de O. Santos	Cursando Ensino Médio	Assistente de Desenvolvimento Infantil Agrup. Berçário Multi. 0 e 1 ano/Vespertino	Estagiário IEL
Ana Luiza Silva Santos	Cursando Ensino Médio	Assistente de Desenvolvimento Infantil Agrup. Berçário Multi. 0 e 1 ano/Vespertino	Estagiário IEL
Maria Eduarda da Silva	Cursando Ensino Médio	Assistente de Desenvolvimento Infantil Agrup. 3 anos/Vespertino	Estagiário IEL
Kamila Freitas da silva	Cursando Ensino Médio	Desenvolvimento Infantil Agrup. Berçário Multi. 0 e 1 ano/Matutino	Estagiário IEL

8.4.4. Auxiliares Administrativos e de Serviços Gerais

Nome	Formação	Atuação	Situação Funcional
Elida de Souza Borges da Silva	Ensino Médio	ASG	Efetivo
José Ribamar Feitosa Filho	Ensino Fundamental	Vigia	Efetivo
José Orlando de Paiva	Pedagogia	Aux. Administrativo	Efetivo

Rosilainy Aparecida Costa de A. Oliveira	Superior/RH	Merendeira	Efetivo
Sueli Souto de Azevedo	Ensino Fundamental Incompleto	Merendeira	Contrato
Tatiane do Nascimento Monteiro	Ensino Médio	Merendeira	Contrato
Valdiana Vicente Pereira	Ensino Fundamental Incompleto	ASG	Contrato
Wilson Teles da Silva	Ensino Médio	Vigia	Efetivo
Cleverson Pereira da Costa	Ensino Médio	Vigia	Contrato

FONTE: Modulação 2024

9. Organização Curricular

9.1. Educação Infantil

Os conteúdos curriculares da Educação Infantil são determinados a partir de definições das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (BNCC) e o Documento Curricular para Goiás. Estão organizados no Plano Curricular Municipal, Resolução CME nº 112 de 30 de outubro de 2019.

Em síntese estão pautados na definição de criança como “sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura, e, nos eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. Considerando esses saberes e conhecimentos,

os campos de experiências em que se organiza o Plano Curricular da Educação com seus respectivos objetivos de aprendizagens:

O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista.

Corpo, gestos e movimentos – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem.

Traços, sons, cores e formas – Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos.

Escuta, fala, pensamento e imaginação – Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. É importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. A imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua.

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais; procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstam também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de

informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano.

9.2. Orientações Metodológicas e Intervenção Pedagógica

<p>PROGRAMA UNIÃO FAZ A VIDA</p>	<p>O Programa A União Faz a vida estimula a perspectiva metodológica do trabalho com projetos, por meio da qual, educadores, crianças, adolescentes e comunidade vivem uma experiência colaborativa de aprendizagem em que definem o que pretendem fazer, escolhem rotas de pesquisa-ação, discutem responsabilidades, estabelecem cronogramas de ação e desenham claramente aonde querem chegar. Essa metodologia prioriza o diálogo, a troca de saberes, a expressão de dúvidas, a resolução de conflitos, a percepção das diferenças.</p>
<p>PROGRAMA ALFAMAIS GOIÁS/COMPROMISSO PELA CRIANÇA ALFABETIZADA</p>	<p>O Programa em Regime de Colaboração pela Criança Alfabetizada, por meio da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), visa a redução dos índices de alfabetização incompleta e letramento insuficiente entre as crianças matriculadas nas redes públicas de ensino. Também objetiva assegurar a alfabetização completa na idade certa, até o 2º ano do Ensino Fundamental.</p> <p>Para que a alfabetização das crianças seja concluída na idade certa, Estado e municípios irão trabalhar juntos na execução de ações voltadas a professores e estudantes da Educação Infantil e 1º, 2º e 5º anos do Ensino Fundamental. Assim, para o ano de 2024 está previsto a distribuição de materiais didáticos de apoio à alfabetização para professores e estudantes.</p>
<p>CURRÍCULO CERNE</p>	<p>Se refere a um grupo de conteúdos que incorporam habilidades e conhecimentos considerados essenciais e que se fazem mandatórios para todos os alunos. Envolve curso de estudos que é considerado central para as circunstâncias da vida atual e futura, uma vez que o progresso dos alunos vai estar comprometido se essas habilidades chave não forem aprendidas primeiramente. É um princípio da construção civil metaforicamente transposto para a educação – “As fundações devem obrigatoriamente estar fortes para depois construir a casa”.</p>
<p>INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os Coordenadores devem realizar o acompanhamento de rotinas como diários, planejamentos, leitura, tabuada, Recuperação Paralela, etc., bem como registrar as observações referentes à rotina de planejamento e registro de aulas dentro outros. 2. O coordenador pedagógico deve zelar para que a Recuperação Paralela aconteça de forma coerente com o objetivo a que se propõe. Para que haja este acompanhamento intensifique a observação da retomada de conteúdos após as avaliações e se necessário alertar a família. 3. Padronizar a apresentação das atividades, avaliações com cabeçalhos, margens e organização. Se os professores são caprichosos e ensinarem, os alunos também o serão. 4. Os professores devem fazer a correção dos cadernos “do cabeçalho ao final da atividade”, mesmo que seja feita correção no quadro. Os coordenadores devem acompanhar para que essa obrigação do professor do EF I seja cumprida. Na Educação Infantil a correção deve ser feita preferencialmente na presença do aluno como momento de construção de aprendizagem 5. As dificuldades de aprendizagem devem ser trabalhadas pelo professor regente de turma sob orientação do coordenador pedagógico. Com utilização de diferentes formas e recursos de ensino, sempre procurando promover o aprendizado do aluno. 6. Registrar todas as situações atípicas ao cotidiano escolar. 7. O coordenador pedagógico deve zelar para que a exposição de materiais em sala de aula seja de possível acesso para o aluno, respeitando sua altura. 8. Na Educação Infantil e Alfabetização, em observância aos campos de experiência evitar o excesso de atividade xerocadas e/ou repetitivas. A criança deve ser levada a pensar e construir.

	<p>9. Considerar a criança ativa, exploradora e criadora de sentidos, utilizando espaços que deem apoio aos seus movimentos, que incentivem sua autoria e autonomia, e contribuam para a diversificação de suas possibilidades.</p> <p>10. O coordenador pedagógico deve conhecer e garantir que os professores conheçam a abordagem curricular da BNCC e os direitos de aprendizagem das crianças na Educação Infantil e as Competências Específica no Ensino Fundamental.</p> <p>11. O coordenador pedagógico deve comprometer-se e garantir que os professores se comprometam com ações que visem implementar os paradigmas refletidos durante as formações continuadas.</p> <p>12. A instituição escolar tem uma hierarquia. Normas a serem seguidas bem como seus profissionais. Os comportamentos que prejudicam o bom andamento da instituição ou que ferem a harmonia escolar devem ser geridos com firmeza observando os aspectos legais, os princípios da boa convivência, do respeito. O registro científico e testemunhado é um documento.</p> <p>13. Cuidar para que o ambiente escolar não seja poluído com cartazes e desenhos. O excesso tira o efeito pedagógico. A limpeza e organização do ambiente escolar atraem e motivam.</p> <p>14. Cuidar para que o ambiente escolar não seja poluído com cartazes e desenhos. O excesso tira o efeito pedagógico. A limpeza e organização do ambiente escolar atraem e motivam.</p>
<p>PARADA PEDAGÓGICA / REFLEXÃO PEDAGÓGICA</p>	<p>A formação contínua do professor deverá ser feita buscando-se o papel ativo do professor que, através da reflexão adquirirá conhecimento crítico de sua ação docente, podendo a partir daí reconstruir os condicionantes de sua ação e os pressupostos de suas escolhas cotidianas.</p> <p>As reuniões são um momento precioso para o aprendizado, já que os professores têm a chance de discutir sobre alunos que precisam de uma atenção especial e até mesmo melhorar o relacionamento com os colegas de trabalho. Esses encontros devem ser planejados e diretos, mas também existe espaço para dinâmicas e atividades interativas que ajudem a alcançar os objetivos desejados pelo corpo docente.</p> <p>Serão estabelecidas como diretrizes para as Parada Pedagógicas e/ou Reflexões Pedagógicas na Rede Municipal de Educação de Cristalina:</p> <p>1º. A Parada Pedagógica e/ou Reflexão Pedagógica é dia letivo conforme o Calendário Municipal e deve ser cumprido no horário normal de funcionamento das instituições.</p> <p>2º. Conforme legislação se houver a participação do Conselho Escolar não é obrigatória a presença de alunos.</p> <p>3º. Deve ser planejada como momento de formação continuada e seguir um planejamento com objetivos determinados pelo Departamento Pedagógico da SME.</p> <p>4º. A Parada Pedagógica e/ou Reflexão Pedagógica é também momento de orientação das ações da instituição e deve envolver todos os funcionários da escola.</p>
<p>PLANO EMERGENCIAL DE ESTUDOS NÃO PRESENCIAL</p>	<p>Será utilizado com a suspensão das atividades escolares presenciais na Rede Municipal por razões de ordem pública determinadas por Decreto, e fizer necessário a implementação de um PLANO EMERGENCIAL DE ESTUDOS NÃO PRESENCIAL que objetiva a continuidade dos estudos na educação básica, utilizando variados meios de orientação, apoio e encaminhamento de atividades.</p> <p>ORIENTAÇÕES GERAIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informar a toda a equipe docente sobre os procedimentos adotados pela SME, inclusive da obrigatoriedade que sejam cumpridos; • Criar grupos de whatsapp, telegrama ou outras mídias pertinentes por turma para que sejam enviadas orientações e atividades. É obrigatório que o professor de cada turma e coordenador pedagógico e de turno participem dos grupos, o primeiro como orientador e os demais como supervisores das atividades.

- Os estudantes dos Agrupamento ao 5º ano precisam de supervisão e acompanhamento dos responsáveis portanto encaminhem orientações claras aos pais.
- Os estudantes de 6º ao 9º ano têm mais autonomia de estudos e podem ser mais responsabilizados quanto a seu plano de estudos, mas os responsáveis devem ser cientificados sobre a importância deste momento.
- Os professores continuarão trabalhando, exclusivamente em *home office, ou seja*, em casa;
- As horas dispensadas nos estudos dirigidos à distância serão computados posteriormente para a composição da Carga Horária mínima exigida pela Lei 9394/96, conforme estabelece a Medida Provisória da Presidência da República nº 934/2020. A regulamentação deste cômputo cabe aos Conselhos de Educação;
- **Disponibilização dos Materiais Escolares dos Alunos** – todas as instituições cujo material didático dos alunos, livros e cadernos, estejam guardados nelas se organizarão nos próximos dias para fazer a entrega destes aos responsáveis; esta entrega de materiais deverá ser absolutamente planejada para evitar aglomeração de pessoas, ser rápida, abranger a maioria dos alunos e respeitar todos os princípios estabelecidos de higiene e (não) contato entre as pessoas. Sugere-se cronograma de turmas e horários com apoio dos funcionários que não sejam dos grupos de risco da pandemia COVID 19 ou que residam em meio, rural e urbano, diferente do da instituição de lotação ou outro município. Excetua-se desta orientação estudantes dos Centros de Educação Infantil cujas atividades pedagógicas devem ser orientadas com materiais facilmente disponíveis nas residências, contação de histórias, músicas, entre outros;
- **Avaliações** – Neste período de Estudos não presenciais a aplicação de avaliações ficará suspensa, no retorno à regularidade letiva serão feitas orientações pedagógicas adequadas para o procedimento de verificação de aprendizagem deste período e fechamento dos bimestres. Excetua-se desta orientação a Educação de Jovens e Adultos, que fará a aplicação de avaliações não presenciais e o lançamento de notas no Diário Eletrônico em método a ser orientado diretamente pelo coordenador da modalidade, dada autonomia da faixa etária que a modalidade contempla;
- Ressalta-se que as atividades à distância diferem da regularidade e organização até então vivenciada nas instituições de forma presencial, portanto é preciso equilíbrio no envio de materiais, seleção de conteúdos e atividades, respeitando a disponibilidade de recursos tecnológicos das famílias, bem como sua capacidade cultural para acompanhamento domiciliar dos estudos. Cada instituição deve avaliar seu envio de atividades e fazer as adequações em sua metodologia de disponibilização de materiais para melhor atender seus alunos.
- É fundamental que se proceda a BUSCA ATIVA dos estudantes para que participem das atividades à distância, fazendo chegar, aos não servidos por internet, o plano semanal/quinzenal de atividades por meio impresso, colado no portão da escola, ligação telefônica entre outros. Nesta ação é necessária a participação dos funcionários administrativos verificando registros de contatos no sistema, pastas individuais e outros assentamentos da secretaria escolar.
- Aos estudantes participantes do Atendimento Educacional Especial – AEE deve ser assegurado que recebam atividades adaptadas.
- Rotina Administrativa e Pedagógica – as secretarias escolares e demais serviços escolares podem continuar com a rotina administrativa de alimentação do sistema, lançamento do censo, organização de arquivos, atualização de cadastros entre outros, finalização do PPP. Para tanto é preciso

fazer escala de funcionários evitando aglomerações, que não sejam pertencentes aos grupos de risco e observadas as normas de higienização e que se evite o deslocamento por transporte público; faz parte ainda desta orientação o revezamento para verificar a segurança da instituição, por exemplo lâmpadas, portas abertas, entrada de alheios, torneiras entre outros. Não haverá atendimento ao público a não ser por meios de comunicação tais como telefone, e-mail entre outros.

10. Projetos Pedagógicos

10.1. Municipalizados

PROJETO: COMBATE AO BULLYING	
Objetivo Geral:	Implementar ações de discussão, prevenção e combate ao bullying e cyberbullying no âmbito da Rede Municipal de Educação.
Público Participante:	Estudantes da Rede Municipal de Educação.
Objetivos Específicos:	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprir a Lei nº 13.185 de 06 de novembro de 2015. • Identificar precocemente casos de bullying. • Criar espaços no interior da escola para escuta e discussão sobre o tema. • Mobilizar os discentes a reflexão sobre bullying, por meio das artes, literatura e concursos. <ul style="list-style-type: none"> • Orientar os pais sobre a temática. • Estimular a empatia, respeito às diferenças, solidariedade, visando uma cultura de paz. • Mobilizar professores a trabalhar o tema em sala de aula. • Esclarecer aos alunos o que é bullying e cyberbullying e as consequências na vida dos outros. • Desestimular a prática do bullying e cyberbullying no ambiente escolar.

PROJETO: ZERO TELAS	
Objetivo Geral:	Proporcionar aos pais, estudantes/crianças e comunidade da rede de ensino, refletir na inserção de melhores hábitos na rotina das crianças e adolescentes, visando reduzir os efeitos negativos do sedentarismo, como por exemplo o estresse, ansiedade, obesidade entre outros. Além de aprimorar a performance física e mental dos estudantes/crianças, oferecer oportunidades de saúde, qualidade de vida e desenvolvimento educacional.
Público Participante:	Pais, estudantes/crianças e comunidade da rede de ensino.
Objetivos Específicos:	<ul style="list-style-type: none"> • Conscientizar pais e alunos a reduzir o uso de telas, buscando uma forma de desconectar os mesmos das telas e melhorar as relações sociais fora do virtual. • Buscar melhorar o desempenho de tarefas que envolvem memória, atenção e resgate de atividades lúdicas. • Instrumentalizar os pais, os estudantes/crianças e professores para que possam ter maiores conhecimentos, de modo a atuar mais preparados, capacitados e dessa forma, buscar maior compreensão no comportamento e nas ações dos estudantes/crianças visando a saúde e o ensino aprendizagem.

- Apontar que o uso excessivo de eletrônicos, piora a capacidade de regular comportamentos e emoções, causa prejuízo cognitivo, afeta e compromete as habilidades motoras.
- Informar e orientar pais e responsáveis, estudantes/crianças e comunidade sobre o tema, visando contribuir com o uso consciente das telas.
- Oferecer alternativas para que os estudantes/crianças fiquem longe das telas.
- Guiar as crianças e adolescentes pelo nosso exemplo, pois os adultos também estão mais tempo online, por isso, a situação é difícil.
- Capacitar o docente e a equipe pedagógica para atuação com alunos por meio de projetos como resgate de brincadeiras e atividades lúdicas.
- Promover a criatividade de forma divertida com oficinas artísticas.
- Inserir uma atividade física na rotina diária para diminuir o tempo de tela das crianças e adolescentes e convidá-las para uma atividade física.
- Contribuir para o desenvolvimento das abordagens metodológicas no trabalho com os estudantes/crianças que apresentam influência negativa quanto ao uso de telas.
- Desenvolver ações capazes de promover a socialização, a autoestima, a autonomia, a linguagem, o pensamento e a socialização.
- Ouvir os estudantes/crianças e pais, buscar compreender como o uso de telas está afetando-os.
- Observar alguns transtornos ligados à saúde física, mental e às relações familiares, escolares e de amizades.
- Criar e brincar com seus próprios brinquedos impulsionam as crianças a uma vida menos sedentária, promove saúde física, coordenação, flexibilidade e é sempre motivo de alegria quando a tarefa tem também a participação dos familiares.
- Valorizar os momentos juntos Café da manhã, almoço, janta e os lanchinhos em família podem se tornar oportunidades gostosas para diminuir o tempo de tela das crianças.
- Prevenir os principais agravos decorrentes do uso inadequado das tecnologias digitais e visando estimular práticas saudáveis.
- Substituir esse ambiente virtual pelas brincadeiras e atividades ao ar livre.
- Abordar a necessidade de uma supervisão qualificada de um adulto responsável, na navegação pelo ambiente digital.

PROJETO: ESCOLA DE PAIS “CONECTANDO FAMÍLIAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Objetivo Geral:	Conscientizar as famílias e educadores sobre o que seja realmente participação e relação família-escola, e envolvê-las na vida escolar dos estudantes, assim como, promover sua participação efetiva nas ações escolares e na tomada de decisões.
Público Participante:	Famílias e comunidade escolar.
Justificativa:	Proporcionar através dos encontros com as famílias, um melhor desenvolvimento das crianças para estarem mais preparados emocionalmente e cognitivamente para o ensino-aprendizagem. Sabemos que o foco da escola e da família é o mesmo, o maior e melhor desenvolvimento dos alunos, e por isso a parceria entre essas bases precisa estar muito bem fortalecida e equilibrada, para que de fato o indivíduo possa receber uma educação de qualidade e efetiva. Juntos é possível fortalecer conhecimentos importantes para que essa educação possa acontecer através da proposta de conseguir unir escola e família para trabalhar em conjunto pelo melhor para os educandos.

Proposta Metodológica:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Encontros temáticos de caráter socioemocional, comportamental, pedagógico, social, interacional, informativo, formativo, lúdico com trocas de experiências para as famílias e educadores, com encontros periódicos no modo on-line; 2. Participação de toda comunidade escolar e validação da proposta a cada encontro através da participação efetiva dos presentes, por meio dos relatos das experiências exitosas nos encontros, nos relatos dos gestores escolares e professores, e também pelas rodas de conversas/escuta e pesquisas promovidas pela equipe da SME; 3. Os temas, ações e propostas da “Escola de pais” (Conectando Famílias), são sugeridos por todos os segmentos e atores que compõe a educação do município. O princípio do não-julgamento e escuta ativa inseridos na proposta é o que move esse projeto e permite o alcance dos resultados exitosos.
-------------------------------	--

APRESENTAÇÕES CULTURAIS

Objetivo Geral	Desenvolver o trabalho interdisciplinar visando o entendimento global do mundo em que vivemos, focando temas relevantes ao enriquecimento curricular dos estudantes e o envolvimento da família e comunidade.
Objetivos específico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Integrar a família e a comunidade no contexto escolar; 2. Oportunizar aos alunos a possibilidade de apresentar coletivamente suas habilidades e competências nos conteúdos procedimentais; 3. Promover a realização de projetos que envolva várias disciplinas; 4. Valorizar os produtos culturais: naturais, artesanais e fabricados; 5. Estimular a harmonia nas relações interpessoais; 6. Resgatar valores culturais através da sabedoria popular; 7. Desenvolver o processo de leitura e escrita através de atividades contextualizadas; 8. Favorecer a integração social do grupo; 9. Desenvolver a expressão artística e corporal; 10. Socializar todos os integrantes da comunidade escolar através da troca de ideias e experiências.

TEMA DAS APRESENTAÇÕES CULTURAIS CANTIGAS DE RODA

Justificativa	A cantiga de roda é uma forma de expressão cultural que faz parte da cultura brasileira. O projeto foi elaborado para contribuir com o desenvolvimento das crianças em diversas áreas, porque cantando e dançando em roda, as crianças aprendem a trabalhar em grupo, a respeitar o espaço e a vez do outro, a desenvolver a coordenação motora e a expressão corporal, além de ampliar o vocabulário e a capacidade de comunicação.
Abordagem Pedagógica	<p>Bebês Convívio social; Experimentar as possibilidades corporais nas brincadeiras e interações em ambientes acolhedores e desafiantes; Apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nos jogos e brincadeiras; Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias. Exploração e aprendizagem sobre o mundo à sua volta; Imitar gestos e movimentos de outras crianças, adultos; Demonstrar interesse ao ouvir e contar histórias.</p> <p>Crianças bem pequenas Demonstrar interesse ao ouvir e contar histórias; Exploração e aprendizagem sobre o mundo à sua volta;</p>

	<p>Explorar formas de deslocamento no espaço (pular, saltar, dançar), combinando movimentos e seguindo orientações.</p> <p>Apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nos jogos e brincadeiras.</p> <p>Apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nos jogos e brincadeiras.</p> <p>Crianças pequenas</p> <p>Conhecer diferentes culturas, ampliar seus conhecimentos e desenvolver o respeito e a valorização das diferenças;</p> <p>Explorar formas de deslocamento no espaço (pular, saltar, dançar), combinando movimentos e seguindo orientações.</p> <p>Estimular o trabalho em grupo, a colaboração e a expressão corporal;</p> <p>Exploração e aprendizagem sobre o mundo à sua volta;</p> <p>Deslocar seu corpo no espaço, orientando-se por noções como em frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora etc., ao se envolver em brincadeiras e atividades de diferentes naturezas.</p>
--	--

RESGATANDO O CIVISMO - SEMANA DA PÁTRIA

Objetivo Geral:	Semana da Pátria reforça a importância dos símbolos nacionais e da Independência. A Semana da Pátria é comemorada no Brasil entre os dias primeiro e sete de setembro, e tem o objetivo de lembrar a Independência do Brasil , declarada por Dom Pedro I às margens do Rio Ipiranga no dia sete de setembro de 1822.
Público Participante:	Estudantes da Rede Municipal de Educação.
Objetivos Específicos:	<p>A comemoração da “Semana da Pátria” é indispensável em nossas escolas, pois proporciona ao professor oportunidade de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formar na criança o conceito de pátria; • Despertar o sentimento de patriotismo; • Formar atitude de respeito aos símbolos do Brasil. • Desenvolver a compreensão do passado histórico e da significação da data “Sete de Setembro”. • Incentivar o amor à pátria; • Reconhecer a bandeira como símbolo da Pátria; • Conhecer o fato mais importante da história do Brasil; • Valorizar a escola como participante de grandeza da Pátria; <p>Compreender a razão das festas da Semana da Pátria.</p>

SEMANA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Objetivo Geral:	O objetivo da semana é promover atividades para difundir conhecimento sobre a Lei Maria da Penha e os mecanismos de assistência e de denúncias existentes contra violência doméstica; integrar a comunidade no combate à violência contra a mulher; capacitar educadores; impulsionar a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher; entre outros.
Público Participante:	Estudantes de todos os níveis e modalidades da Educação Básica Municipal.
Objetivos Específicos:	Trabalhar no currículo da educação básica, conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher. Os temas deverão ser tratados de forma transversal.

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE

Objetivo Geral:	O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.
Público Participante:	O público beneficiário do PSE são os estudantes da Educação Básica, gestores e profissionais de educação e saúde, comunidade escolar e, de forma mais amplificada, estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).
Objetivos Específicos:	O planejamento destas ações do PSE considera: o contexto escolar e social, o diagnóstico local em saúde do escolar e a capacidade operativa em saúde do escolar. Para alcançar estes propósitos o PSE foi constituído por cinco componentes: a) Avaliação das Condições de Saúde das crianças, adolescentes e jovens que estão na escola pública; b) Promoção da Saúde e de atividades de Prevenção; c) Educação Permanente e Capacitação dos Profissionais da Educação e da Saúde e de Jovens; d) Monitoramento e Avaliação da Saúde dos Estudantes; e) Monitoramento e Avaliação do Programa.
Temáticas abordadas	Ações de saúde previstas no âmbito do PSE e que devem considerar atividades de promoção, prevenção e assistência em saúde, podendo compreender, entre outras: <ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliação clínica; 2. Avaliação nutricional; 3. Promoção da alimentação saudável; 4. Avaliação oftalmológica; 5. Avaliação da saúde e higiene bucal; 6. Avaliação auditiva; 7. Avaliação psicossocial; 8. Atualização e controle do calendário vacinal; 9. Redução da morbimortalidade por acidentes e violências; 10. Prevenção e redução do consumo do álcool; 11. Prevenção do uso de drogas; 12. Promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva; 13. Controle do tabagismo e outros fatores de risco de câncer; 14. Educação permanente em saúde; 15. Atividade física e saúde; 16. Promoção da cultura da prevenção no âmbito escolar.

SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA

Objetivo Geral:	Resgatar valores sociais fundamentais, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades para todos.
Público Participante:	Estudantes, famílias, comunidade onde a instituição está inserida, órgãos públicos, etc.
Objetivos Específicos:	Sensibilizar a sociedade e os órgãos públicos sobre os direitos fundamentais de cidadania das pessoas com deficiência e auxiliá-las como protagonistas de suas vivências com o envolvimento das famílias quanto as suas responsabilidades e a sua importância de sua participação no convívio social e acesso as políticas públicas, envolvendo as famílias e alertá-las quanto às suas responsabilidades e a importância de sua participação na vida do estudante contexto escolar.

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA (20 de novembro)

Objetivo Geral:	O Dia da Consciência Negra, assim como todo o mês de novembro, marca a importância das discussões e ações para combater o racismo e a desigualdade social no país. Fala também sobre avanços na luta do povo negro e sobre a celebração da cultura afro-brasileira.
Público Participante:	Estudantes da Rede Municipal de Educação.
Objetivos Específicos:	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos antirracistas; - Conscientização da comunidade escolar, além dos muros; - Levar mensagem antirracista para fora da escola; - Levar os estudantes a perceberem e dar visibilidade à questão de que o racismo existe e que precisa ser combatido.

DIA DO COOPERATIVISMO EM CRISTALINA (1º sábado de junho)

Objetivo Geral:	O Dia I do Cooperativismo é considerado como um momento ideal de sensibilização dos jovens sobre o caráter empreendedor e o papel social do cooperativismo. A origem da comemoração tem, também o objetivo de proporcionar a toda sociedade o conhecimento dos benefícios, dos valores e dos princípios da atividade cooperativista.
Público Participante:	Estudantes da Rede Municipal de Educação.

FAICRIS – FEIRA AGROINDUSTRIAL, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CRISTALINA

Objetivo Geral:	Divulgar as potencialidades econômicas de Cristalina e região do Entorno do Estado.
Público Participante:	Município de Cristalina, diversas cidades do Estado de Goiás e Brasília.
Objetivos Específicos:	Atrair novos consumidores e investidores; Realizar negócios; Lançar produtos; Promover e incentivar a cultura e entretenimento.
	Divulgar as potencialidades econômicas de Cristalina e região do Entorno do Estado.

GINCANA DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Geral:	Em comemoração ao dia mundial do meio ambiente, que acontece no dia 05 de junho, visando a conscientização da população, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura promovem "concurso cultural" com as escolas públicas municipais e conveniadas. A iniciativa tem como finalidade trabalhar junto aos estudantes, que se utilizam de desenhos, frases, poesias e redações para despertar a criatividade e fortalecer os debates sobre a temática dos resíduos sólidos urbanos.
Público Participante:	Estudantes da Rede Municipal de Educação.

CAMPANHA DEZEMBRO VERDE (Lei Municipal Nº 2.558 de 22 de novembro de 2021)

Objetivo Geral:	Conscientizar sobre a guarda responsável de animais e Dar a atenção para o problema de maus tratos e abandono de cães e gatos em praças, parques, avenidas, ruas, bairros e estradas rurais do município que cresce cerca de 70% (setenta por cento) durante o mês de dezembro.
Público Participante:	Estudantes de todos os níveis e modalidades da Educação Básica Municipal.
Objetivos Específicos:	Trabalhar no currículo da educação básica, conteúdos relativos aos direitos dos animais.

Realizar palestras e atividades educativas sobre o tema

10.2 Projetos Municipais Facultativos

PROJETOS CULTURAIS DIVERSIFICADOS

Objetivo Geral:	A serem definidos no Edital do concurso/ projeto.
Público Participante:	
Objetivos Específicos:	

10.3 Projetos da Instituição

Projeto: Alimentação Saudável

Justificativa	Desde cedo as crianças precisam ser incentivadas a conhecerem e obterem hábitos de alimentação saudável, para que elas possam desenvolver-se bem na infância, na adolescência e na vida adulta. Portanto, o presente projeto, justifica-se por desenvolver nas crianças hábitos de autocuidados com seu corpo, conhecendo e adquirindo o gosto pelo consumo de frutas, verduras e legumes.
Objetivo Geral:	Abordar assuntos relacionados à alimentação saudável ampliando os conhecimentos das crianças sobre o tema.
Objetivos Específicos:	Promover o consumo de frutas, legumes e verduras; Promover atividades que valorizem e aproximem as crianças dos alimentos menos aceitos; Investigar o valor nutritivo dos alimentos e despertar o gosto por eles; Conhecer, nomear e identificar os diferentes tipos de alimentos; Observar as cores e perceber os sabores e textura dos alimentos; Conscientizar-se, através da informação do cardápio diário, da importância da boa alimentação sem desperdícios; Conhecer a necessidade da higienização dos alimentos e das mãos; Identificar as preferências alimentar das crianças.
Metodologia:	Construção de jogos de memória a partir de imagens de frutas, verduras e legumes; Identificação das frutas, verduras e legumes através do olfato e tato; Oficina culinária: Fazer uma salada de frutas em conjunto com as crianças; Brincadeiras dirigidas; Cantar músicas, assistir filmes e trazer jogos sobre o tema para que aprendam de forma lúdica.

Projeto: Páscoa

Justificativa	A proposta do tema Páscoa é muito importante para o trabalho na educação infantil, porque envolve o exercício da “solidariedade e partilha”. Iremos realizar o projeto Páscoa - Partilhando valores e objetivando vivenciar o real sentido desta data comemorativa.
Objetivo Geral:	Acolher a criança em um ambiente educativo proporcionando cuidados básicos para seu desenvolvimento nos aspectos motor, intelectual e sócio emocional.

Objetivos Específicos:	<p>Proporcionar as crianças o entendimento do significado da Páscoa; Identificar e compreender os símbolos da Páscoa; Desenvolver a criatividade; Desenvolver o raciocínio-lógico, a expressão oral e corporal, a coordenação motora, a percepção auditiva e visual da criança; Propor as boas ações, a solidariedade, a amizade.</p>
Metodologia:	<p>Conversa informal, diálogo e questionamento oral através de cartaz, figuras e relatos sobre o assunto; Músicas dramatizadas relacionada à Páscoa: Coelho da Páscoa que trazes pra mim..., De olhos vermelho; Confeções de máscaras, dedoches; Quebra cabeça do coelho; Livro: “O coelho que não era da Páscoa”, Brincadeiras dirigidas: Coelho, coelho sai da toca, onde estão os ovinhos; Pintura facial; Filme sobre o tema; Confeccionar cartaz, painel, com mensagens, figuras, desenhos, dobraduras, montagem, colagem.</p>

Projeto: Mamãe meu amor!	
Justificativa	<p>O tema Dia das Mães realmente é maravilhoso para se trabalhar, não há aquela criança que não fique empolgada quando fala da mamãe. Porém não podemos nos esquecer que entre nossos alunos sempre tem um ou outro que não mora com a mãe, sendo responsabilidade da avó ou da tia, ou até mesmo de outras pessoas. Cabe a nós motivarmos nossas crianças e lhes mostrar motivos para participarem do projeto</p>
Objetivo Geral:	<p>Fortalecer os laços afetivos na família, valorizando o papel da mãe como elemento fundamental na constituição de um grupo familiar.</p>
Objetivos Específicos:	<p>Reconhecer a importância da figura mãe no desenvolvimento do caráter humano; Fortalecer os vínculos entre família e escola; Proporcionar momentos de reflexão sobre os diversos contexto familiares; Promover e estimular a linguagem oral, cognitivo e motor; Estabelecer e ampliar as relações sociais; Estimular a afetividade entre as crianças e as mães; Desenvolver atenção e a criatividade; Desenvolver a leitura através da visualização de figuras.</p>
Metodologia:	<p>Conversa informal sobre o Dia das Mães, Profissões das mães; Confeção de cartazes; Confeção do quadro ou painel para homenagear a mamãe no dia da apresentação; Colagem: (recortes e colagem de figuras de revistas); Pintura com lápis de cor, giz de cera; Ensaio de músicas e teatrinho para a apresentação; Homenagem as mães: apresentação das turmas; Confeção de cartão para a mamãe.</p>

Projeto: Festa Junina	
Justificativa	A festa junina é um tema muito rico por ter vários conteúdos a ser trabalhado. Este projeto foi desenvolvido para incentivar nas crianças o gosto pela festa junina, através de atividades diversificadas, brincadeiras e apresentações característica do tema que também fazem parte do folclore brasileiro, ressaltando seus aspectos, popular, social e cultural.
Objetivo Geral:	Incentivar nas crianças o gosto pelas festas juninas, oferecendo-lhes oportunidade de descontração, socialização e ampliação de seu conhecimento através de atividades diversificadas, brincadeiras e apresentações características à festa junina.
Objetivos Específicos:	Cantar e se divertir com diferentes músicas juninas; Familiarizar com as características das festas juninas; Confeccionar e ornamentar a sala com bandeirinhas e balões; Explorar gestos e ritmos corporais através das danças e músicas; Explorar as cores e formas geométricas; Incentivar o gosto pela culinária junina; Estabelecer relações matemáticas no cotidiano; Conscientizar as crianças sobre o perigo dos balões e fogos de artifícios; Propiciar às crianças a participação em diversas brincadeiras; Promover a Festa Junina no CEI.
Metodologia:	Conhecer e cantar um repertório de músicas juninas; Deixar a sala de aula bem alegre com mural, pinturas, recorte e colagem; Conhecer a culinária junina: pipocas... receitas / comidas típicas; Explorar o tato, paladar, olfato, visão; Conhecer os símbolos: bandeirolas, fogueira, balões etc. Desenvolver brincadeiras juninas: pescaria, acerte o alvo, boca do espantalho, bingo, etc.; Ensaia as dancinhas juninas que serão apresentadas na culminância do Projeto.

Projeto: Primavera	
Justificativa	Por conta de todas as cores que remetem à estação, esta é uma excelente época para estimular as crianças a observar a natureza e como ela vai mudando no decorrer do ano, além de reiterar como ela é importante para todas as pessoas.
Objetivo Geral:	Conscientizar as crianças da importância da natureza, com suas cores e aromas e valorizando a mesma para a preservação das espécies e para a qualidade de vida humana.
Objetivos Específicos:	Despertar o interesse pela preservação do meio ambiente, e como cada uma das estações é importante para a manutenção dos ciclos de vida na natureza; Desenvolver a percepção sensório-motora, a observação, a apreciação do meio ambiente externo e interno. Desenvolver a coordenação motora grossa e fina. Observar o ambiente em que se vive; Desenvolver a curiosidade e a prática investigativa. Promover a paz; Exercitar virtudes.
Metodologia:	Plantio de diferentes mudas; Jogos: Quebra Cabeça, Jogo da Memória, Dominó e Bingo de Flores; Músicas e Danças; Móviles; Pinturas, Dobraduras e Recortes;

	<p>Matérias recicláveis (sucatas); Histórias com fantoches; Confeção de livros; Técnicas de pintura; Máscaras de flores trabalhadas; Argila; Massinha de modelar; Painéis; Parlendas; Contos; Adivinhas; Trava-língua; Poemas; Rimas; Exposição dos trabalhos e apresentação de coreografias.</p>
--	--

Projeto: Dia das Crianças

Justificativa	O Dia das Crianças permite que sejam abordados junto dele outras importantes temáticas transversalmente, como a construção da identidade, a passagem do tempo e o envelhecimento (as fases da vida), entre outros. Também é um momento para promover a conscientização quanto aos direitos e deveres da criança, prevenindo (ou as ajudando a denunciar) eventuais abusos e violências que possam sofrer ou ter sofrido.
Objetivo Geral:	Proporcionar as crianças, uma semana de diversão, relacionada com a ludicidade e o aprendizado.
Objetivos Específicos:	<p>Trabalhar a linguagem oral; Desenvolver a capacidade interpretativa, a criatividade e a abstração; Ajudar no desenvolvimento pessoal e construção identitária; Identificar e reconhecer as principais formas de violência e abuso que uma criança pode ser vítima e oferecer orientação de como proceder nestas situações; Conscientizar quanto a seus deveres e direitos; Entender o conceito de infância e introduzir ou aprofundar as noções de idade (fases do desenvolvimento humano), envelhecimento e passagem do tempo. Desenvolver raciocínio lógico.</p>
Metodologia:	<p>Conversas em rodinha sobre o dia das crianças; Histórias; Músicas; Massa de modelar; Brinquedos e brincadeiras dirigidas; Gincana; Piquenique; Cinema; Festa para as crianças no CEI.</p>

Projeto: Natal

Justificativa	No mundo existem fatos tão especiais que devem ser lembrados. As pessoas marcam esses momentos com uma data. Por isso, no dia 25 de dezembro comemora – se o Natal, com propósito de celebrar o Real Espírito de Natal. Pretendemos conduzir uma série de atividades que facilitem a aquisição e construção de conhecimentos das tradições de Natal pelas crianças de forma participativa, descontraída, buscando integrar a perspectiva de diversas áreas.
----------------------	---

Objetivo Geral:	Despertar nas crianças o verdadeiro sentido do Natal através da participação de atividades alegres e espontâneas, enfatizando um ambiente festivo, perceptivo. a solidariedade e amor ao próximo.
Objetivos Específicos:	<p>Compreender o significado do Natal; Identificar os símbolos do Natal; Estimular a socialização; Participar de atividades que envolvam histórias, brincadeiras e canções para despertar e esclarecer curiosidades sobre o Natal; Produzir trabalhos artísticos, utilizando a linguagem do desenho, da pintura, da colagem, da construção, desenvolvendo o gosto, o cuidado e o respeito pelo processo de produção e criação; Promover e estimular a linguagem oral; Estabelecer e ampliar as relações sociais; Estimular a afetividade entre as crianças e professores; Desenvolver atenção e a criatividade; Praticar a coordenação motora fina e ampla; Desenvolver a expressão corporal; Brincar expressando emoções, sentimentos, pensamento, desejos e necessidades; Desenvolver a leitura através da visualização de figuras, vídeos; Produzir texto oral a partir da história da hora do conto.</p>
Metodologia:	<p>Conversa informal sobre a história do Natal e seus símbolos; Apresentação e atividades com os símbolos do Natal (Sino, Guirlanda, Presépio, Papai Noel, Bota, Estrela, Bolas, Renas, Anjos); Enfeitar a sala com motivos natalinos; Construção de uma árvore de Natal com garrafas pet; Confecção de uma guirlanda para porta da sala; Construção de enfeites natalinos para árvore; Construção de um Presépio para sala; Ensaio de músicas e teatrinho para a apresentação; Confecção de um cartão para o amigo oculto; Amigo secreto; Grafismo (atividades: de ligar e traçar); Pinturas e recortes; Músicas natalinas: Bate o Sino, Noite Feliz, Natal das Crianças, Bom Natal, Bom Velhinho; Hora do conto: Estrelinha mágica-turma da Mônica, Carinhos Quentes, Caixinha de Fósforos; Gincanas, brincadeiras e ensaio de um coral com a música Natal das Crianças para apresentação; Confecções de acessórios para a gincana; Confraternização – festa de Natal.</p>

10.4. Temas Transversais

Os temas transversais correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana com temas que abordam valores referentes à cidadania: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural.

Através da tematização da **Ética** deverão ser abordados temas da atualidade que possam ser estudados e analisados de modo a estimular a autonomia na composição de valores dos educandos, auxiliando-os a se situarem nas interações sociais dentro da escola e da comunidade como um todo, abrangendo os principais grupos temáticos: respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade.

Quanto ao tema **transversal** Meio Ambiente, devemos lembrar que não se reduz apenas ao ambiente físico e biológico, mas abrange também as relações sociais, econômicas e culturais. Através

dessa visão devemos propiciar momentos de reflexões que induzam os alunos ao enriquecimento cultural, à qualidade de vida e à preocupação com o equilíbrio ambiental.

Quanto ao tema **Orientação sexual** devemos lembrar que são questões a serem abordadas em sala de aula, apesar de abranger assuntos de foro íntimo. As abordagens estarão vinculadas a métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis, a descoberta do próprio corpo e da sexualidade, que poderão ser aprofundadas, a partir de evidências objetivas.

Pelo motivo da sociedade brasileira ser formada por diversas etnias, a abordagem da **Pluralidade Cultural** tem como missão respeitar os diferentes grupos e culturas que compõem o contexto étnico brasileiro, estimulando a convivência dos diversos grupos e fazendo dessa particularidade um fator de enriquecimento cultural.

O tema transversal **Trabalho/Consumo** torna-se adequado para preparar os jovens para a sua inclusão no mundo do trabalho, e é apropriado para discutir assuntos como consumo, direitos, desemprego, etc.

A abordagem do tema **Saúde**, compreende as noções básicas de higiene e saúde, responsabilizando cada indivíduo pelo seu próprio bem-estar. Esse tema possui uma abordagem utilitária de assuntos como, Aids, uso de drogas e gravidez na adolescência, dentre outros. O **Programa Saúde na Escola** desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

Os temas transversais devem ser trabalhados de maneira interdisciplinar, para que seja possível transformar e aceitar uma visão diferenciada de mundo, de conhecimento e de ensino e aprendizagem. A interdisciplinaridade e a transversalidade se completam, na realidade escolar, com o “olhar” de abordar o conhecimento, como algo ativo, inacabado, passível de transformação e de ser vinculado às questões sociais.

11. Avaliação

O processo de avaliação da aprendizagem escolar deve considerar, cotidianamente, a efetiva presença e participação do aluno nas atividades escolares sua comunicação com os colegas, com os professores e com os agentes educativos, sua sociabilidade, sua capacidade de criar, apropriar-se dos conteúdos disciplinares inerentes à idade e série, de tomar iniciativa e o desenvolvimento ao ler, escrever e interpretar, visando à sua aquisição dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários ao pleno exercício da cidadania.

11.1. Critérios de Avaliação

11.1.1. Educação Infantil

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394 de 1996 (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) sobre a avaliação, a educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

Quanto ao processo de Avaliação, para que a mesma seja realmente significativa e proporcione o desenvolvimento tanto das crianças como dos educadores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Será observado o roteiro de acompanhamento sistemático de elaboração do relatório avaliativo da educação infantil:

- Observações;

- Registros através de relatório escrito reflexivo (poderá ser realizado informalmente no próprio caderno de anotações da professora);
- Registro através de relatório descritivo (poderá ser realizado informalmente no próprio caderno de anotações da professora);
- Registro através de fotografias;
- Registro através de filmagens;
- Registro através de gravações em áudio;
- Registro através de fichas individuais elaboradas pela instituição/SME.

Será elaborado um relatório de caráter formal de caráter descritivo, crítico e reflexivo a partir do desenvolvimento da criança, em relação a cada eixo temático trabalhado, enfatizando os diversos aspectos do processo do seu desenvolvimento. Esse relatório será realizado a partir dos instrumentos avaliativos acima citados e deverá compor a documentação pedagógica da criança, ficando ao final do semestre na sua pasta arquivada na Secretaria da Instituição.

11.1.2. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

A avaliação deve ser feita de acordo com as potencialidades e os conhecimentos adquiridos pelo aluno. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve ser avaliado em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

Dessa forma, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos avaliativos usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar.

É essencial considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas: verificar como ele lida com cálculos, desenho e escrita, por exemplo. A produção escolar, cadernos, exercícios, a socialização com os colegas no desenvolver das atividades também deve ser levada em conta. Deve ser valorizado cada ganho do aluno, cada conquista em seu processo de aprendizagem.

O aluno será avaliado não apenas na sala de aula comum pelo professor regente, como também nas atividades realizadas no Atendimento Educacional Especializado pelo professor da Sala de Recursos Multifuncional. O qual desenvolverá atividades diferenciadas em relação às realizadas na sala comum, tais como: estímulos sensorio-motor, identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade, com o objetivo de preparar, estimular e colaborar para a melhora na aquisição de conhecimentos dos alunos.

Assim, a avaliação do aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação, se dará da seguinte forma:

Na sala de aula comum - O aluno será avaliado, conforme o que foi planejado e registrado na Ficha de adaptação/ adequação curricular. Os instrumentos de avaliação serão escolhidos e adaptados pelo professor regente com o auxílio do professor do AEE de acordo com o desenvolvimento e a necessidade de cada aluno. O registro final dessa avaliação continuará sendo por meio de nota, como dos demais alunos, com o diferencial acrescido da elaboração pelo professor regente de relatório descritivo bimestral, apresentando os ganhos educacionais do aluno e os pontos que necessitam ser reforçados no decorrer do ano, justificando a nota dada.

Na Sala de Recursos Multifuncionais - Durante todo o processo, o aluno será avaliado, gerando um registro do que foi observado, mediante o plano de atendimento individual elaborado pelo professor do AEE (segue modelo em anexo). No final do bimestre o professor deverá descrever as conquistas do aluno e quais objetivos foram alcançados e registrar de que forma as ações do AEE repercutiram no seu desempenho escolar.

Avaliar o desempenho escolar do aluno com deficiência requer um olhar de valorização das aquisições. Valorizar as aquisições e não as perdas.

Portanto, o processo de avaliação deve objetivar o aprendizado e não a classificação, retenção ou promoção dos estudantes. Desse modo, quanto à promoção dos alunos que apresentam necessidades especiais, o processo avaliativo deve seguir os critérios adotados para todos os demais ou adotar adequações, quando necessário. Segundo MEC, na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, alguns aspectos precisam ser considerados para orientar a promoção ou a retenção do aluno na série, etapa, ciclo (ou outros níveis):

“A possibilidade do aluno ter acesso às situações escolares regulares e com menor necessidade de apoio especial; A valorização de sua permanência com os colegas e grupos que favoreçam o seu desenvolvimento, comunicação, autonomia e aprendizagem; A competência curricular, no que se refere à possibilidade de atingir os objetivos e atender aos critérios de avaliação previstos no currículo adaptado; O efeito emocional da promoção ou da retenção para o aluno e sua família”.

A decisão sobre a promoção ou retenção do aluno, deve envolver o mesmo grupo responsável pela elaboração das adequações curriculares do aluno e a família, e ser registrado em ata.

A flexibilidade e a dinamicidade do currículo regular podem não ser suficientes para superar as restrições do sistema educacional ou compensar as limitações reais desses alunos. Desse modo e nas atuais circunstâncias, entende-se que as adequações curriculares fazem-se, ainda, necessárias.

12. Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição

PLANO ANUAL DE AÇÃO COLETIVA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL HIPÓLITA TERESA ERANCI

O que detectamos em 2023 que precisamos melhorar ou solucionar em 2024?		O que VAMOS fazer?
APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS	<ol style="list-style-type: none">1. Ambiente familiar (brigas familiares, clima de tensão, falta do vínculo com os pais);2. Traumas psicológicos;3. Nutrição.	Ações sociais (palestras, atividades com a família na Instituição); Buscar ajuda externa (profissional da área); Incentivar uma alimentação diversificada (são seletivos aos alimentos);
RELAÇÕES COM AS CRIANÇAS	<ol style="list-style-type: none">1. Uso diário do uniforme;2. Problemas socioemocional;3. Fortalecer vínculos família/escola	Incentivar os alunos a usar o uniforme diariamente (professor fazer o uso diário do mesmo); Estimular atividades cooperativas (jogos, música, teatro, brincadeiras de roda); Construção de pequena horta.

RELAÇÕES INTERPESSOAIS DA EQUIPE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Funcionários trabalhar em prol de realizar objetivos em comum do CEI; 2. Procurar reunir todos os funcionários no mesmo horário nos dias coletivos. 	<p>Promover um ambiente saudável, harmonioso, onde tenha empatia. Pois a equipe deve abraçar as diferenças do outro, aprendendo a lidar com múltiplas personalidades que compõe essa equipe.</p> <p>Realizar reuniões deixando claro as metas e facilitando o diálogo, pois se sentem apoiados, adquirem confiança, levando a realização profissional, interpessoal e realizando um trabalho sustentável.</p>
PARTICIPAÇÃO DOS PAIS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de acompanhamento do cotidiano escolar dos filhos; 2. Ausência dos pais no ambiente escolar. 	<p>Estreitar a comunicação entre pais e a instituição (reuniões, palestras, projetos).</p>
INFRAESTRUTURA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de infraestrutura; 2. Jardinagem 	<p>Realizar melhorias do espaço através de arrecadações de fundos por meio de rifas, vendas de quitutes com a participação da equipe.</p> <p>Criar um espaço verde para enriquecer as atividades diárias, fazendo uma horta e jardim na instituição.</p>

PRIORIDADES DO CONVÊNIO	1. Melhorar o ambiente escolar.	Custear despesas com manutenção e pequenos investimentos na estrutura física da escola.
SITUAÇÃO LEGAL DA INSTITUIÇÃO	2. Vistoria do Corpo de Bombeiro.	Em andamento.

13. Referências Bibliográficas

- BOUTINET, Jean-Pierre. Antropologia do projeto. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Para a Formação de Professores. MEC/SEF. Brasília, 1999.
- _____. Lei 9394/96 Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- _____. Lei 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental.
- CBMM/ Fundação ABRINQ pelos Direitos das Crianças/ UNICEF/ Oficina de Ideias. 10 medidas básicas para a infância brasileira. São Paulo, 1994.
- DELORS, J. (Org.). Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1998.
- DEWEY, J. Como pensamos. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1968.
- DOMINGUES, José Luís. O cotidiano da escola de 1ºGrau: o sonho e a realidade. Tese de doutorado, PUC, São Paulo, 1985.
- HERNÁNDEZ, F. & VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.
- MIRANDA, Cláudia. LOPES, Angélica Carvalho. RODRIGUES, Vera Lúcia. *Alfabetização*. São Paulo: Ática, 2001. Vivência e Construção
- MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Escola, currículo e a construção do conhecimento. In: Escola Básica. Coletânea CBE Campinas, Papirus, 1992.
- RIBEIRO, Lucília Ávila. *Coleção Construindo um Mundo Melhor com Estudos Sociais, Saúde e Ciências*.
- SNIDER, Georges. Alegria na escola. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.


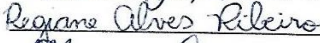
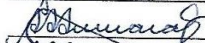
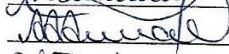
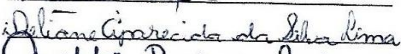

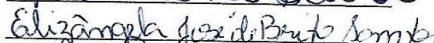
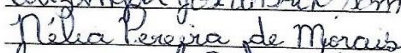
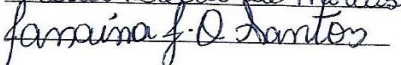
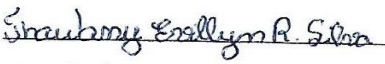
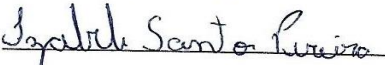
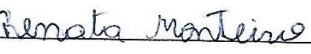
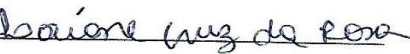
14. Ata de Aprovação

ATA DE APROVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL HIPÓLITA TERESA ERANCI
Cristalina, GO, 16 de fevereiro de 2024.

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro, reuniram-se direção, professores, funcionários, alunos e pais do Centro de Educação Infantil Hipólita Teresa Eranci para análise e aprovação do Projeto Político Pedagógico para o ano de 2024. Ressalta-se que a elaboração do mesmo se deu de forma coletiva e participativa dos componentes da comunidade escolar com a intenção da escola e seus profissionais realizarem um trabalho de qualidade, resultante de reflexões e questionamentos dos profissionais sobre o que é a escola hoje e o que poderá vir a ser. Foram discutidas as fraquezas, ameaças, oportunidades e forças da instituição bem como verificados os resultados das avaliações externas e fluxo do ano de 2023 para que servissem de diagnósticos orientadores para a elaboração do Plano de Ação Coletiva 2023. Desta forma o Projeto Pedagógico apresentado expressa a identidade da escola como uma instituição que tem personalidade própria, por refletir o pensamento do seu coletivo, levando em consideração as práticas e necessidades da comunidade escolar, as diretrizes nacionais, e as normas, regulamentos e orientações curriculares e metodológicas do Sistema Municipal de Educação, garantindo o acesso e permanência, com sucesso, do aluno na escola; gestão democrática; qualidade do ensino; organização e integração curricular; integração escola/família/comunidade e autonomia.

Nome Completo dos Participantes: Cargo que ocupa: Assinatura:

Andréia Antunes do Amaral	Coordenadora Geral	
Regiane Alves Ribeiro	Coord. Pedagógica	
Adriana Antunes do Amaral	Professor	
Ariana Antunes do Amaral Brust	Professor	
Deliane Aparecida da Silva Lima	Professor	
Grette Rosa Silva	Professor	
Elizângela José de Brito Santos	Professor	
Nélia Pereira de Moraes	Professor	
Janaína José de Oliveira Santos	Professor	
Thawany Evillyn Rodrigues Silva	Assistente de Desen. Infantil	
Isabele Santos Pereira	Assistente de Desen. Infantil	
Renata Monteiro	Assistente de Desen. Infantil	
Laiane Cruz da Rosa	Assistente de Desen. Infantil	

Flávia Alessandra de O. Santos	Assistente de Desen. Infantil	<i>Flávia Alessandra O. Santos</i>
Ana Luiza Silva Santos	Assistente de Desen. Infantil	<i>Ana Luiza S. Santos</i>
Maria Eduarda da Silva	Assistente de Desen. Infantil	<i>Maria Eduarda da Silva</i>
Kamila Freitas da Silva	Assistente de Desen. Infantil	<i>Kamila Freitas da Silva</i>
Elida de Souza Borges da Silva	ASG	<i>Elida de S. Borges da Silva</i>
José Orlando de Paiva	Aux. Adm	<i>José Orlando de Paiva</i>
Rosilainy Aparecida Costa de A. Oliveira	Merendeira	<i>Rosilainy Aparecida</i>
Sueli Souto de Azevedo	Merendeira	<i>Sueli S. Azevedo</i>
Tatiane do Nascimento Monteiro	Merendeira	<i>Tatiane do N. Monteiro</i>
Valdiana Vicente Pereira	ASG	<i>Valdiana Vicente Pereira</i>

15. Anexos



<https://drive.google.com/drive/folders/1yvxO0GPPXSbnnzBxS6xfNYmRic8RNne8>



DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO

Relatório de Análise do Projeto Político Pedagógico

Foi analisado o PPP – Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação Infantil Hipólita Teresa Eranci. O documento foi elaborado para vigorar no ano letivo de 2024. A análise foi feita através da leitura do documento que explicita em seu texto apresentação, identificação, oferta de ensino, histórico e missão da unidade escolar. Apresenta o diagnóstico institucional com a contextualização de suas Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades e Resultados em Avaliações Externas. Está explicitada ainda, a função social, a missão e os objetivos que norteiam o agir institucional a fim de que os planos de ação traçados no PPP assegurem o sucesso da instituição.

Com relação a estrutura e funcionamento, estão descritos os aspectos administrativos, recursos materiais e humanos; composição das equipes; nível de organização da escola; qualificação dos professores; e infraestrutura. Destaca-se que em consonância com os Princípios Legais norteadores da Educação Básica a proposta pedagógica do documento contempla o estabelecido pela Lei no 9.394/96, que estabelece os atuais princípios e fins da educação brasileira; a Lei no 11.274/2006 que regulamenta o ensino fundamental de 9 anos, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade; as Normas estabelecidas pela Lei no 12.796/2013 que alterou a LDB, tornando obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade e englobando, ainda, a educação especial como a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; e o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, que norteia as relações de direitos vivenciadas pelos estudantes na instituição escolar.

O Projeto Político Pedagógico traz ainda a exposição dos princípios epistemológicos, éticos, estético e didático-pedagógico. Este último contemplando o direcionamento para concretização das aprendizagens essenciais definidas na Base Nacional Comum Curricular. As matrizes curriculares apresentadas são devidamente aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação em conformidade com as modalidades de ensino autorizadas à instituição na Educação Básica.

Os objetos de conhecimento propostos seguem as orientações de desenvolvimento de objetivos de aprendizagens, habilidades e competências conforme estabelece a Base Nacional Comum Curricular da Educação (BNCC) e o Plano Curricular Municipal, contempla os projetos pedagógicos a serem desenvolvidos no período de vigência do PPP, municipalizados e institucionais bem como os critérios de avaliação e orientações metodológicas e de intervenção pedagógica, esta última contempla o Regime de Estudos Não Presencial e o ensino híbrido que poderá ser utilizado com a suspensão das atividades escolares presenciais na Rede Municipal por razões de ordem pública determinadas por Decreto tal como ocorreu na pandemia de Covid-19.

A ata de aprovação do Projeto Político Pedagógico pela comunidade escolar revela a construção coletiva e cooperativa do documento o que fortalece a gestão democrática e autonomia da instituição.

Diante de todo o exposto, feita a análise documental e, atendidas as orientações pedagógicas e legais o Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação Infantil Hipólita Teresa Eranci está apto aprovação.

**Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação
Cristalina, 17 de abril de 2024.**


Gicielli Philippi Nandi
Coordenadora Pedagógica